



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

MP - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 03 / 04 / 2001  
Rubrica

190

Processo : 10670.000585/99-04

Acórdão : 202-12.441

Sessão : 17 de agosto de 2000

Recurso : 113.303

Recorrente : LABORATÓRIO DE LÍNGUAS CARISAN LTDA.

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

**SIMPLES – OPÇÃO** – Conforme dispõe o item XIII do artigo 9º da Lei nº 9.317/96, não poderá optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica que preste serviços profissionais de PROFESSOR ou ASSEMELHADO. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: LABORATÓRIO DE LÍNGUAS CARISAN LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 2000

Marcos Vinícius Neder de Lima  
Presidente

Ricardo Leite Rodrigues  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Helvio Escovedo Barcellos, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Maria Teresa Martínez López, Luiz Roberto Domingo e Adolfo Montelo.

Iao/cf/mas



Processo : 10670.000585/99-04

Acórdão : 202-12.441

Recurso : 113.303

Recorrente : LABORATÓRIO DE LÍNGUAS CARISAN LTDA.

## RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos em exame, adoto e transcrevo o relatório da decisão recorrida:

“Através do Edital nº 004/99, às fls. 22/24, a contribuinte acima identificada foi excluída do SIMPLES, em razão de atividade econômica não permitida para exercer esta opção.

A SRS apresentada pela defendant junto à DRF/MCR/MG, anexada às fls. 03, solicitando o cancelamento do Edital em epígrafe foi considerada improcedente, mantendo a exclusão pelo exercício de atividade não permitida para o SIMPLES.

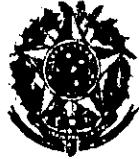
Em tempo hábil, a interessada solicita reconsideração da exclusão da opção pelo SIMPLES, às fls. 01/02, alegando, em síntese, que:

1 - a Lei nº 9.317/96, art. 9º, veda a opção à pessoa jurídica que preste serviços profissionais de professor, o que não se confunde com curso de idiomas, porquanto é uma empresa que presta serviços educacionais e culturais (ensino de língua estrangeira), que sequer exige profissional habilitado para ministrar aulas, já que é um curso livre;

2 - entende que a intenção da lei é a proibição de opção para o Simples de sociedades para cuja constituição, no que tange aos sócios, seja imprescindível a presença de profissional habilitado, como as sociedades civis de advogados, contadores, etc.;

3 - afirma não existir lei que exija a presença ou participação de um professor na sua constituição societária;

4 - conclui que a vedação do art. 9º não se direciona aos cursos de idioma, posto que não constituem empresas de prestação de serviços profissionais de professores;



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10670.000585/99-04  
Acórdão : 202-12.441

5 - entende também que a vedação é inconstitucional, de vez que fere o princípio da isonomia e a lei ordinária não pode definir atribuição reservada à lei complementar.”

A autoridade monocrática ratificou o ato declaratório, ementando assim sua decisão:

***“SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – SIMPLES***

- *Exclusão - É cabível a exclusão do SIMPLES da pessoa jurídica que tenha sua opção vedada, por dispositivo legal, em razão da natureza de suas atividades.*

***SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL  
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA***

- *Arguição de Inconstitucionalidade de Lei – A arguição de inconstitucionalidade não pode ser oponível na esfera administrativa por transbordar o limite de sua competência o julgamento da matéria do ponto de vista constitucional.”*

A recorrente interpôs recurso voluntário, cujos argumentos leio em Sessão.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

193

Processo : **10670.000585/99-04**  
Acórdão : **202-12.441**

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

O cerne da questão neste processo é o inconformismo da recorrente por ter sido excluída do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, com base no que preceitua o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, pois prestava serviços de professor.

No tocante a argüição da empresa de que é uma microempresa e não pode usufruir dos benefícios garantidos para sua categoria, entendo que, com o advento do Novo Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ficou estabelecido que a União dispensaria a elas um tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações tributárias, previdenciárias e outras, porém, estas diretrizes não retiram do legislador ordinário a competência para, dentro das opções de política tributária do Estado, estabelecer requisitos e condições no que pertine ao tratamento diferenciado e simplificado naqueles vários setores da sua vida obrigacional.

Entre as várias exceções ao direito de adesão ao SIMPLES, cumpre analisar para o caso dos autos, especificamente, as vedações do inciso XIII do art. 9º a seguir reproduzido. Estabelece o art. 9º da Lei nº 9.317/96 que não poderá optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica:

“(...)

XIII – que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial.....

.....  
**professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;”.**

Adentrando somente na interpretação gramatical da norma acima citada, claro está que o legislador elegeu a atividade exercida pela pessoa jurídica como excludente para a concessão do tratamento privilegiado. Tal classificação, portanto, não considerou o porte econômico, porém, repita-se, a atividade exercida pelo contribuinte.

No caso, a atividade principal desenvolvida pela ora recorrente está, sem dúvida, dentre as elegidas pelo legislador, qual seja, a prestação de serviços de professor como



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10670.000585/99-04  
Acórdão : 202-12.441

excludente ao direito de adesão ao SIMPLES, afigurando-se irrelevante o fato de que os serviços educativos sejam prestados por professores contratados.

Quanto aos argumentos apresentados pela recorrente sobre a constitucionalidade do art. 9º da Lei nº 9.317/96, pois este restringiu a opção pelo SIMPLES, entendo que este não é o foro competente para discussão da constitucionalidade das leis, e sim o Judiciário, já existindo uma jurisprudência mansa e pacífica neste Colegiado sobre este assunto. Cabe ao órgão administrativo, tão-somente, aplicar a legislação em vigor.

Finalmente, quanto às decisões judiciais anexas, são isoladas e não retratam o posicionamento do Judiciário na totalidade, não cabendo a adoção delas por parte do Conselho.

Pelo acima exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 2000

  
RICARDO LEITE RODRIGUES